

**IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO DA
PAISAGEM AGROINDUSTRIAL DA IMIGRAÇÃO
JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA/SÃO PAULO**

Simone Scifoni

scifoni@uol.com.br

**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO**

Flavia Brito Nascimento

flaviabn@terra.com.br

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL – SÃO PAULO**

Identificação e proteção da paisagem agroindustrial da imigração japonesa no Vale do Ribeira/São Paulo

Resumo

O presente artigo apresenta a proposta de identificação e proteção de bens culturais da imigração japonesa nos municípios de Registro e Iguape, São Paulo. A partir das premissas da paisagem cultural, foram estudadas várias marcas da imigração no Vale do Ribeira, que vão desde a arquitetura das habitações, os chazais, o trabalho com junco, passando pela própria cidade de Registro e pela Festa do Tooro Nagashi. Estes são importantes testemunhos da ocupação de parcela do território brasileiro através da implantação de três colônias japonesas no país: Katsura, Iguape e Sete Barras. No processo de celebrar o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, alguns bens já eram investidos de significados e identificados pela comunidade como ligados ao passado e às suas tradições, outros ganharam valor recentemente. É sobre este processo de valoração e identificação, realizado em conjunto com a comunidade local, que se tratará, apresentando a singular arquitetura dos imigrantes e sua intrínseca relação com o ambiente.

Palavras-chave: Imigração japonesa, Vale do Ribeira, Paisagem do chá, Arquitetura rural

1. Introdução

Atribuir valor ao patrimônio cultural do imigrante japonês nos municípios de Registro e Iguape não foi tarefa simples. Diversas são suas marcas na paisagem cultural do Vale do Ribeira, que vão desde a arquitetura das habitações, os chazais, o trabalho com junco, passando pela própria cidade de Registro e pela celebração do *Tooro Nagashi*. Alguns bens foram sendo, com o passar do tempo, investidos de significados e identificados pela comunidade como ligados ao passado e às suas tradições. Outros, no processo de pensar e construir o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, ganharam sentido mais recentemente.

A arquitetura dos imigrantes japoneses, construída no início do século XX, é exemplo da diversidade e singularidade arquitetônica do Vale do Ribeira. São edificações que testemunham a trajetória de políticas públicas de ocupação de um território que até então era considerado um grande vazio, “à margem do império do café” (PAPY, 1953). Trazidos por uma companhia particular japonesa, com subsídios garantidos pelo governo paulista, alguns dos colonos que foram para a região eram exímios carpinteiros, com grande destreza nas técnicas da madeira. Mesmo utilizando algumas das técnicas já conhecidas em terras brasileiras, o fizeram conferindo as marcas de sua própria cultura e conhecimento. Sua arquitetura não é testemunho apenas dos processos políticos e sociais de imigração. Ela é também exemplar das formas de construir e da tecnologia dos imigrantes.

As contribuições dos imigrantes japoneses no Brasil são relativamente pouco conhecidas, sobretudo se comparadas às dos alemães, italianos e eslavos. Alguns esforços de pesquisa foram empreendidos no sentido de conhecer as formas de moradia, apropriação e reapropriação do construir e do habitat do imigrante japonês e suas relações à arquitetura praticada no Japão (PETRONE, 1961, 1966; KUNIYOSHI & PIRES, 1984, 1985; GONÇALVES, 2008). O presente estudo busca contribuir para o conhecimento destas expressões materiais de nossa cultura, evidenciando o significativo potencial patrimonial existente no Vale do Ribeira, com foco específico nos bens culturais ligados aos processos históricos da imigração e a necessidade de ações públicas voltadas à proteção, conservação e valorização deste patrimônio capazes de, entre outras coisas, fomentar a melhoria das condições sócio-econômicas da região.

2. As colônias japonesas no Vale do Ribeira no contexto das políticas de Estado

Considerada como um grande vazio populacional, no início do século XX, uma verdadeira fronteira a ocupar, o Vale do Ribeira, situado na região sul do estado de São Paulo, foi destino de diversas experiências de colonização estrangeira implementadas seja por parte do poder público

ou da iniciativa privada, sem, no entanto, resultar em grande sucesso. Aquela que se destacou por ter constituído uma experiência exitosa, que fixou colonos a terra e se consolidou no tempo e no espaço, criando uma paisagem peculiar, foi a imigração japonesa no município de Registro.

A colonização japonesa no Vale do Ribeira teve um caráter completamente diferenciado em relação às demais iniciativas de fixação desses imigrantes no território paulista, nas quais os colonos chegavam como mão de obra para as fazendas de café, posteriormente conseguindo ter acesso a terra, transformando-se em pequeno produtor. No caso do vale, os imigrantes já se instalaram na região como pequenos proprietários.

A presença japonesa no Vale do Ribeira prende-se aos próprios primórdios da imigração japonesa no Brasil, já que foi alguns poucos anos depois da chegada dos primeiros imigrantes no Porto de Santos, em 1908, que o governo paulista assinou um novo contrato com uma empresa japonesa para promover a imigração, agora tendo como destino principal o Vale do Ribeira.

O primeiro passo para viabilizar a constituição dessas colônias na região foi dado em 1912, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Sindicato de Tóquio. O compromisso era de doação de uma vasta extensão de terras devolutas no Vale do Ribeira, além de concessão de recursos financeiros e de isenção de impostos. Em contrapartida, a instituição japonesa deveria introduzir duas mil famílias na região, num período de quatro anos. O contrato foi repassado pelo Sindicato para a Brasil Takushoku Kaisha, em 30 de junho de 1913, empresa posteriormente incorporada a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK, também chamada de Kaiko ou de Companhia de Desenvolvimento Internacional). A partir de 1917, a Kaiko conduziria toda a colonização japonesa no Vale do Ribeira.

A escolha do Vale do Ribeira foi estratégica: ao percorrer o Brasil procurando terras para os colonos, o advogado do Sindicato se interessou pela ampla região de várzea, ideal para o cultivo do arroz ao qual o colono estava acostumado e, além disso, próxima ao litoral.

As terras doadas pelo Estado localizavam-se junto ao Porto fluvial de Registro, atual município de mesmo nome, mas que à época pertencia a Iguape. Apesar disso, foi em outro local, a quilômetros de distância e à jusante deste porto fluvial, que foi instalada a primeira colônia de japoneses no Vale: a Colônia Katsura. Os dois núcleos que se seguiram foram Registro e Sete Barras, o último a ser criado. No entanto, dos três núcleos, o único que testemunha, ainda hoje, a história da colonização japonesa expressa em sua paisagem é o de Registro.

Os três núcleos de colonização diferenciam-se quanto à origem das terras e a sua dimensão total, além de suas trajetórias de ocupação ao longo da história. Katsura e Registro fazem parte de políticas públicas promovidas para o assentamento de colonos em áreas consideradas vazias, enquanto em Sete Barras, foi um projeto privado, de capital japonês, via KKKK, que viabilizou a sua criação por meio da aquisição das terras a baixo preço.

O empreendimento colonizador nipônico deu a Registro sua condição própria de existência, até tornar-se atualidade o município economicamente mais importante do Vale do Ribeira. Em 1926 foi elevado a distrito policial, em 1934 a distrito da paz e em 1944 à condição de município, motivado pelo momento político da II Guerra Mundial.

A localidade de Registro tinha grande importância desde o período colonial por abrigar o posto de cobrança do quinto do ouro à Coroa Portuguesa. Com o esgotamento aurífero, as terras do médio Vale do Ribeira foram ocupadas com a rizicultura, o grande motor econômico da região durante o século XIX até a metade do século XX, com auge entre 1840 e 1860.

O século XIX, entretanto, não deixou vestígios materiais da fase colonial na cidade de Registro, a não ser pelo nome da cidade, que segue lembrando a origem do núcleo urbano. A localidade, até o início do século XX, nada mais era que duas ou três casas de pau a pique, cujo acesso e via de transporte era exclusivamente o Rio Ribeira de Iguape (PETRONE, 1966). O principal vetor de ocupação do núcleo urbano foi o porto, junto do qual se construiu a sede da KKKK que até hoje marca a paisagem. A posição geográfica do núcleo, à meio caminho na rota fluvial entre o planalto e o litoral de Iguape, fez de Registro e seu porto fluvial um ponto central no sistema de circulação de mercadorias nas primeiras décadas do século XX.

3. A paisagem da imigração japonesa em Registro

A paisagem à época do início da colonização japonesa pode ser traduzida como um quadro onde predominavam terras baixas, planas e suavemente onduladas, cortadas ora por pequenos córregos e ribeirões assentados em vales de fundos planos, ou por várzeas amplas como a do Rio Ribeira de Iguape. O quadro natural completava-se com um mosaico de vegetação que compreendia a exuberante mata atlântica nas colinas e terraços abrigados das cheias dos rios, ora especializando-se em bosques de caixeta junto ao baixo Ribeira, e as formações herbáceas adaptadas à constante umidade dos vargedos.

No Vale do Ribeira, os imigrantes procuraram aproveitar as condições ambientais existentes em seu próprio favor. Assim, inicialmente o terreno úmido das várzeas foi intensamente utilizado para o cultivo do arroz, um produto tipicamente ribeirinho e que demanda água em quantidade para seu desenvolvimento. Beneficiado por meio das máquinas trazidas pela KKKK, o arroz tornou-se o principal meio de vida para os colonos de Katsura e Registro. Em Katsura o beneficiamento era feito por meio da sociedade cooperativa, em seu engenho localizado ao lado do ancoradouro no Rio Ribeira e, em Registro, era processado nas instalações da KKKK, também situadas à beira rio, junto ao Porto Fluvial. Essas instalações representaram uma das primeiras benfeitorias trazidas pela empresa para o núcleo de Registro, em 1920, e ainda se encontram marcando a

paisagem da imigração japonesa na região. O engenho é hoje o único testemunho desta fase da trajetória dos imigrantes que tiveram no cultivo do arroz sua principal base econômica.

Segundo Almeida, o sistema adotado na organização territorial no núcleo de Registro aproxima-se do mura do Japão rural, no qual as famílias moradoras mais próximas se integram em unidades espaciais, no caso foram cinco seções posteriormente subdivididas em quarteirões, englobando, lotes rurais e formando a Associação Japonesa de Registro. Os lugares e bairros na zona rural de Registro ainda hoje são conhecidos pelas denominações originais deste sistema espacial.

Mas a semelhança no sistema de ordenamento territorial não se reproduziu em todos os sentidos da chamada “mura” como vila rural japonesa, pois uma de suas características positivas é o fato de que a proximidade estimula uma competição entre os produtores, o que resulta na melhoria geral das condições da produção agrícola (ONO, 1973). O sentido de competição, que é forte entre os produtores, é uma atitude condicionada pela estrutura do “mura”, sendo que estes não se mostram propensos à troca de informação sobre novas culturas, de acordo com o que assinala o autor.

Ao contrário, em Registro, o que se identifica em experiências como a produção do chá e do junco é exatamente o espírito de cooperação entre os colonos, que foi responsável pela expansão destas novas culturas introduzidas pioneiramente ali. “O espírito associativo, disposição para o trabalho e senso de responsabilidade são os traços mais positivos da cultura dominante na comunidade nipônica da baixada do Ribeira” (ALMEIDA, 1956:76).

Hoje, ao contrário de Katsura, a Colônia de Registro ainda contém diversos vestígios materiais do que foi o auge da colonização: são antigas residências de colonos, construções que guardam uma técnica específica que alia conhecimento japonês à adaptação ao meio tropical; antigas fábricas de chá e os campos de cultivo que conformam uma paisagem rural única e típica; equipamentos de infra-estrutura e apoio, como é o caso dos galpões da KKKK, do porto fluvial de Registro, da Igreja São Francisco de Assis e da Igreja Anglicana.

Um pedaço do Japão rural no Brasil: a paisagem do chá e o junco

Além do cultivo dos produtos já conhecidos na região, como o arroz, o milho, a mandioca e o feijão, esses três últimos para a subsistência, a Colônia de Registro se destacou pela introdução de um fato inteiramente novo, a cultura do chá. A paisagem do chá é típica de Registro, pois fora daí só aparece esporadicamente (PETRONE, 1966). Junto com outra espécie que também foi plantada pela primeira vez no Brasil na colônia de Registro, o junco, constituem hoje os elementos mais marcantes da paisagem da imigração formada por campos de cultivo e antigas edificações fabris para processamento dos produtos.

O chá ocupa os terrenos nas colinas suaves, ficando, deste modo, ao abrigo das cheias dos rios. Em geral é plantada seguindo as curvas de nível, garantindo proteção ao solo, já que com o seu crescimento, as mudas se unem formando uma cobertura densa, fechada e homogênea. A beleza da paisagem do chá em Registro é produto deste conjunto de fatores, de um lado, o sítio físico propício e, de outro, a forma como as lavouras foram dispostas. Vez em outra a uniformidade da paisagem é rompida por um trecho de mata atlântica preservado, ou nos topos ou junto ao vale de pequenos rios.

A uniformidade é dada pelos cuidados com a planta, já que desde a formação dos chasais cumpre-se a tarefa incansável de repor as mudas que morreram, de forma a garantir que as fileiras estejam sempre contínuas. Outro cuidado é com a altura das touceiras, mantida homogênea quando ocorrem as colheitas das folhas. O resultado é uma paisagem singular, mantida por uma forma de apropriação do espaço em consonância as características naturais dos terrenos.

A vocação natural da região favoreceu o plantio. As colinas foram a condição física que contribuiu, desde cedo, para o desenvolvimento da agricultura comercial do chá. O chá, assim como o arroz, compõem a trajetória dos imigrantes japoneses em terras brasileiras, aliados no cotidiano destes colonos, seja para o consumo próprio ou como fonte de renda.

O plantio do chá em Registro teve início 1922, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês que havia chegado a Registro três anos antes, plantou as primeiras sementes da variedade chinesa (*Thea sinensis*), visando abastecer o consumo local por chá verde. Em 1935 ele introduziu em suas terras a variedade assam, com folhas mais largas e sendo assim, mais produtiva, procurando atingir o mercado brasileiro, já que a variedade chinesa não produzia chá preto de boa qualidade.

A história da introdução destas primeiras mudas de chá assam no Brasil é no mínimo curiosa. Regressando de uma viagem de navio pelo Japão, ao passar pelo Sri Lanka, Okamoto visitou uma plantação de chá e obteve, a muito custo, algumas sementes desta variedade. Como não era permitido embarcar com as sementes, escondeu-as dentro de um pão e, na viagem de volta, conseguiu fazê-las brotar. Ao desembarcar no porto de Santos, Okatomoto tinha em mãos 65 mudas de chá, as quais foram as matrizes de uma variedade que se espalhou por Registro. Essas matrizes encontram-se ainda hoje protegidas e preservadas em um canteiro cercado, no interior da Fazenda Chá Ribeira, da família Okamoto. O sucesso de Okamoto com o chá preto estimulou vários colonos a plantarem em suas próprias terras, ele era considerado um exemplo a ser seguido.

Durante a segunda guerra, as dificuldades com o comércio internacional no Pacífico, estimularam a exportação do chá de Registro, transformando o Brasil, da condição de importador em exportador. Nesta época Registro chegou a ter 42 fábricas de chá, a maior parte de pequeno porte e espalhadas pelos bairros rurais como Quilombo, Carapiranga, Areias, Raposa e Bamburral. A

expansão do cultivo em Registro foi de tal ordem que o município concentra hoje a quase totalidade da produção do Brasil: entre 98% e 99% do chá preto exportado pelo Brasil vem do Vale do Ribeira, e na região, Registro destaca-se como o grande produtor. A produção em Registro se concentra, hoje, entre pequenos e médios proprietários, em propriedades de 20 a 50 hectares, muitos dos quais vendem sua produção para as fábricas que funcionam no município. A mais tradicional delas e a maior do ramo é a “Chá Ribeira”, empresa fundada por Torazo Okamoto, ainda hoje de propriedade familiar, com seus filhos presidindo os negócios e situada no bairro de Morro Alto.

Semelhante história de plantio pioneiro no Brasil tem o junco. Ele foi introduzido pelo imigrante Shigeru Yoshimura, em 1931, com mudas trazidas de Okiyama para Registro, embrulhadas em pedaço de estopa escondida no bolso. Plantadas as mudas, Yoshimura distribuiu-as entre companheiros de viagem formando plantações que se espalharam pela colônia. As condições ecológicas locais representaram uma vantagem na produção do junco, já que com abundância de calor e umidade, a possibilidade de colheita ampliou-se em três vezes por ano, ao contrário do Japão em que ocorre apenas uma vez.

Para beneficiar o produto, em 1934, a Kaiko providenciou um tear apropriado dando início a produção de um artigo até hoje tipicamente regional: as esteiras. Toda a produção sempre foi e ainda é familiar, pais e filhos trabalham junto no plantio, colheita e beneficiamento. O processo de confecção das esteiras inicia com uma espécie de desfibradeira, onde a haste é repartida em duas, ficando mais finas. Depois são espalhadas sobre um terreiro, para secar, quando adquirem um tom marrom.

O Vale do Ribeira se tornou o único produtor desse tipo de junco na Américas, todo ele resultado das matrizes trazidas por Yoshimura. Além das famosas esteiras e dos chinelos de junco, a produção diversificou, a partir de um projeto em conjunto com o Sebrae. Hoje estão sendo produzidos bonés, chapéus, puffs, almofadas, mochilas. Mas nem todos aderiram ao projeto e a família Yoshimura, por exemplo, preferiu continuar mantendo a tradição dos chinelos e esteiras.

Em reportagem recente para um jornal paulista, o Sr. Yoshimura explica que o pai poderia ter plantado sozinho, em Registro, o junco trazido do exterior, detendo assim o monopólio do produto. Mas que, ao contrário, preferiu dividir sua experiência com os conterrâneos. É um costume japonês repartir com os outros, acrescenta ele, fato que favoreceu a expansão do junco pelo município¹.

O junco é encontrado hoje, plantado nos vales de fundo plano que separa as colinas suaves de Registro. Sua textura e altura uniforme formam uma espécie de tapete verde nestes fundos de vale. Em seu processo de beneficiamento, que começa com a secagem ao sol, em terreiros ou em encostas suaves das colinas, mantém sua textura uniforme, agora em tons amarronzados. Em

¹ Em reportagem da Revista da Folha de São Paulo, de 15/06/2008.

ambos os momentos da produção, o junco conforma uma paisagem típica e única, de grande beleza e ao mesmo tempo enorme simplicidade.

A casa dos imigrantes japoneses em Registro

Ao longo do processo de instalação no núcleo colonial de Registro, os imigrantes trocavam de casa três vezes, desde a chegada até a efetiva moradia, (AOKI, 2006).

A primeira, provisória, era a moradia inicial, feita rudimentarmente, para atender a necessidade de abrigo imediato. A segunda era construída com mais vagar, quando já se tinha atingido situação financeira de alguma estabilidade. Esta é, em geral, a casa caracterizada como sendo de imigrantes japoneses, tanto por ser representativa culturalmente, quando por ter sido que a persistiu até o presente. A terceira casa corresponde àquela construída na atualidade, freqüentemente anexa ou muito próxima à edificação original e que visa atender aos confortos da vida contemporânea, como cozinha equipada e banheiro. O abandono progressivo da casa tradicional está, também, relacionado à mudança de status social e aos símbolos de vida das novas gerações.

Apesar do auxílio técnico da KKKK, as primeiras casas e até mesmo o início do plantio, baseavam-se em métodos empíricos (GONÇALVES, 2008). Esta primeira casa remetia às construções dos caboclos da região, cujas técnicas de construir eram amplamente utilizadas.

As casas populares tradicionais da zona da mata atlântica, como as de Iguape e Cananéia eram feitas predominantemente em madeira e, em alguns casos em pau-a-pique. A casa característica tem “revestimento de tábuas fixadas verticalmente e arrematadas com mata-junta, em uma estrutura independente composta de esteios, frechais e baldrames; as telhas são de duas ou quatro águas com telhas de barro ou fibrocimento”. A madeira era mais utilizada por ser material considerado nobre, e também muito abundante, além de ser técnica construtiva tradicional. Sua planta é retangular, de um pavimento, com três cômodos e cozinha anexada à casa principal, com telhado mais baixo que o principal.

Existem também na região muitas casas de farinha ou edificações utilizadas de depósito ou serviços, construídas em estrutura portante e vedação de tábuas ou bambu, similares ao que teria sido a primitiva casa do colono. Os anexos conservados como galinheiros, depósitos e ou oficinas são também documentos desta primeira ocupação (PEREIRA, 2006).

Para implantação da casa, primeiramente era desmatado o terreno. As dificuldades tinham início na derrubada da mata. Logo os colonos perceberam a impossibilidade de com apenas os membros da família, e com os instrumentos que tinham, de proceder ao desmatamento. Sem o manejo experiente do machado e conhecimento da mata, passaram a recrutar a mão-de-obra do

caboclo. O nacatirão-do-brejo (quaresmeira), árvore bastante comum na região, era grande obstáculo, pois de difícil secagem. Os saberes e técnicas do caboclo foram, portanto, logo apropriados desde o estágio de ocupação do lote.

As primeiras casas eram rústicas e com chão de terra batida, tinham as paredes de ripas de palmeira jicara treliçada ou bambus cortados em meia cana, fincados diretamente no chão, unidos com amarrações de fibras vegetais ou cipó. O reboco, quando existia, era feito somente no interior. As janelas eram os espaços de vedação sem reboco, fechadas com saco de juta. A cobertura era de bambu ou jicara que dava apoio folhas de bananeira.

Interessante observar que o processo de construção da primeira moradia ocorria de modo muito similar aos dos imigrantes de outras origens como italianos, estudados por Eduardo Pereira. Segundo este autor, as casas eram a própria “expressão da emergência”, erguidas com madeiras roliças, cortadas à mão, taipa de mão, sobras de materiais e bambus.

No processo de ocupação do território e adaptação ao meio, as casas são elementos fundamentais de resignificação dos universos. A ausência ou presença de certos materiais de construção, as possibilidades econômicas e as condições climáticas levaram a certos tipos de moradia, que são exemplares dos processos mais globais de transformação e também de mostrar os próprios saberes, valores, expressões e técnicas (ALMEIDA, 1953).

Os bens culturais da imigração japonesa indicados para tombamento federal

As arquiteturas encontradas em Registro e Iguape que são testemunhos da imigração compoem a paisagem podem ser dividida em três grupos, conforme seu uso: edificações funcionais (fabris e administrativas), edificações residenciais e edificações religiosas. Outros equipamentos importantes para a instalação da colônia como escolas e edificações de saúde, não persistiram no tempo, tendo sido demolidos ou profundamente alterados.

A mais marcante edificação de uso fabril em Registro é a sede da KKKK. Ela foi o elemento estruturante da ocupação da região que é hoje o município de Registro e deu a partida à urbanização da cidade, a partir do rio Ribeira de Iguape. Construída em tijolos aparentes, em acordo com as características da arquitetura industrial, seus quatro galpões são exemplares únicos desta arquitetura.

As fábricas de chá são outro grupo de edificações fabris muito importantes na ocupação da região, presentes como atividade principal ou como alternativa econômica ao café desde praticamente os momentos iniciais da imigração. Diversas foram alteradas ou demolidas, e, em geral, não conservam as características originais. As fábricas de chá Kawagiri e Shimizu tem as mesmas características volumétricas e de proporção, construídas estrutura de madeira em

vedação em tijolos ou em taipa, com esquadrias de madeira. Já a Fábrica de Chá Amaya compõe-se de diversos galpões industriais que circundam a habitação construída nos anos 20, sendo tipologicamente diversa das demais.

O segundo grupo de arquiteturas é o das residências. Nestas estão evidenciadas de modo marcante as relações entre a tradição local e as técnicas dos imigrantes, materializados em edificações de singularidade plástica e construtiva. Encontramos diversos exemplos (cerca de 20 propriedades rurais) muito significativos desta arquitetura, cujo estado de preservação e conservação é bastante variado. Em face do que foi construído em Registro e Iguape, este número é muito pequeno. Os fatores que contribuíram para sua deterioração foram a agressividade do clima, as características dos materiais empregados e seus procedimentos construtivos, como modulação e sambladuras estruturais, os quais pressupunham a constante manutenção e substituição (GONÇALVES, 2003).

Pelas transformações culturais e os constrangimentos históricos (como as políticas estabelecidas para os imigrantes japoneses a partir da II Guerra Mundial) acesso a materiais industrializados e progressivo abandono das casas para moradia em edificações novas, construídas em alvenaria de tijolos, as tradições de manutenção das casas antigas foi perdendo, pouco a pouco, o hábito de ser realizada.

As residências da família Hokugawa, Amaya, Fukasawa, do Sr. Gozo Okiyama e da Sra. Susu Okiyama são representativas por terem entre si grande diversidade de soluções, ao mesmo tempo em que conservam a unidade enquanto arquitetura da imigração japonesa. Todas são ricas no que se refere à técnica e à plasticidade. São construídas com estrutura auto-portante em madeira, com madeiramento encaixado (sambladuras) sem a utilização de pregos, e com vedações em pau-a-pique, com palha do arroz misturada ao barro. O telhado era feito primeiramente em palha, sendo substituído por telhas de barro, e, mais recentemente por fibrocimento. A estrutura das casas é suspensa do chão por embasamento que pode ser em tijolos ou em pedra. Na Colônia de Jipovura persiste uma única residência, que apresenta as mesmas características técnicas das casas de Registro. Trata-se, contudo, de edificação mais simples, em apenas um pavimento, e com área construída menor. A cozinha, separada do corpo construído, remete às casas caboclas.

Temos, ainda, como edificações religiosas: a Igreja de São Francisco Xavier e a Igreja Episcopal Anglicana. As duas são construções muito distintas entre si e que revelam o caráter da religiosidade dos imigrantes e seus processos históricos de adaptação e transformação. A Igreja de São Francisco Xavier, erguida no centro de Registro, junto ao KKKK remete ao esforço de conjugação com os valores religiosos brasileiros do catolicismo. Já a Igreja Episcopal, mostra os esforços dos colonos de manutenção da própria cultura e religiosidade. Na arquitetura de cada templo religioso estão expressas as religiosidades distintas dos imigrantes e seus modos de estabelecimento em terras brasileiras.

Finalmente, para complementar o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da imigração japonesa no Vale do Ribeira, tem-se as primeiras mudas de chá da variedade *assam* (chá preto) trazidas para o país no início dos anos 1920, as quais se tornaram as matrizes para toda a produção nacional existente hoje e que se encontram preservadas em canteiro próprio junto a propriedade do Chá Ribeira. Ao se disseminar as plantas entre outros agricultores japoneses da região, as mudas tornaram-se símbolo do espírito de cooperação e do sentido coletivo que envolvia cotidianamente a vida daqueles imigrantes japoneses, assentados sob o domínio da tropicalidade no sudeste brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, V. U.. **Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro**. São Paulo: Comissão Nacional do Bem-Estar Social / Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1953.
- AOKI, A. T. **Paisagens de Registro. Identidade e Preservação**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina. Londrina: mimeo, 2006.
- GONÇALVES, R. B. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. Vol. 6, n.1, p. 11-46. Jan-jun, 2008.
- KUNIYOSHI, C. ; PIRES, W.. **Casarão do Chá. Mogi das Cruzes**. São Paulo: Condephaat, 1984.
- KUNIYOSHI, C.; SEGAWA, H.; PIRES, W.. **Arquitetura da imigração japonesa**. Projeto, (72):99-104, São Paulo, fev. 1985.
- ONO, M.. De colono a pequeno produtor. Considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, H. (comp.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp 1973.
- PAPY, L. **À margem do império do café**. Boletim geográfico, ano XV, nº 137, 1957.
- PEREIRA, E. C.. **Núcleos coloniais e construções rurais**. São Paulo: Eletrobrás, 2006.
- PETRONE, P. **Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SP**. Boletim Paulista de Geografia nº 39, São Paulo, 1961. pp.47-63.
- PETRONE, P.. **A baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana**. Boletim nº 283. Geografia nº 14. São Paulo: FFLCH/USP, 1966